

Governo quer assentar 10 mil colonos em área extrativista

BRASÍLIA — Um dos sonhos do líder serigueiro e ecologista Chico Mendes, assassinado em dezembro de 1988 em Xapuri, no Acre, será aproveitado pelo governo federal: pelo menos 10 mil famílias serão assentadas em reservas extrativistas em vários estados da Amazônia Legal, de acordo com convênio entre o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) a ser firmado ainda este mês.

A presidente do Ibama, socióloga Tânia Munhoz, já acertou os detalhes do convênio com o presidente do Incra, José Reinaldo Vieira da Silva. A intenção é atingir os objetivos dos dois institutos: o Incra quer assentar 144 mil famílias na Região Norte até o final do governo Collor (em todo o país, a meta é assentar 500 mil famílias até 1995) e o Ibama, num prazo de três anos, pretende criar reservas extrativistas na Amazônia — para extração de borracha, castanha do Pará, plantas medicinais, óleos vegetais e outras riquezas da floresta —, numa área equivalente a 25 milhões de hectares.

“Precisamos garantir às famílias condições de vida dignas nessas reservas”, sustenta Tânia Munhoz. Atualmente, o Ibama está demarcando e regularizando a situação fundiária da



Mary Alegretti: novas áreas

Reserva Extrativista Chico Mendes, numa área de quase um milhão de hectares, no Acre. Graças a convênio firmado com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e com o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), novas áreas já estão sendo escolhidas.

“Dos novos assentamentos, o Incra pretende promover a entrega de 10 mil lotes em áreas de extração”, assegura o presidente do Incra, José Reinaldo Vieira da Silva. “O governo alemão tem interesse em desembolsar

recursos para a regularização fundiária dessas reservas na Amazônia”, festeja Tânia Munhoz.

Com esse esforço conjunto, o Ibama cumprirá seu objetivo evitando ao mesmo tempo desmatamentos e queimadas em áreas de floresta nativa, protegidas pelas reservas extrativistas, e o Incra evitará a repetição dos fracassados projetos de colonização realizados durante os governos militares ao longo das rodovias Cuiabá-Porto Velho e Transamazônica. Os termos do convênio a ser firmado entre o Incra e o Ibama já estão sendo definidos, com grande repercussão social na Amazônia. Os projetos de colonização desenvolvidos nas duas últimas décadas foram responsáveis pela destruição de milhões de hectares de floresta nativa em Rondônia, hoje um dos estados mais devastados do país.

A presidente do IEA, Mary Alegretti, assessorada por diretores do Conselho Nacional dos Seringueiros, está fazendo amplo levantamento em toda a Amazônia Legal, selecionando áreas onde poderão ser criadas reservas extrativistas e que sejam economicamente viáveis. A presidente do Ibama, Tânia Munhoz, não descarta a possibilidade de serem criadas reservas extrativistas em áreas de extensão superior às definidas pelo convênio firmado com o IEA e o CNS.